

Entre aplicativos e telas: a contação de histórias no atendimento educacional especializado no contexto da pandemia

*Between applications and screens: the story
telling in specialized educational care in the
context of pandemic*

Jaqueline Sousa Santos Pita*
Universidade do Estado da Bahia
Rosemary Lapa de Oliveira**
Universidade do Estado da Bahia

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGEduC).

**Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/PPGEduC).

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão sobre a contação de histórias (CH) realizada nas salas de recursos multifuncionais como parte das ações do Atendimento Educacional Especializado (AEE), no contexto da pandemia em virtude do Covid-19. Para tanto, através de uma abordagem qualitativa, apresentamos um relato de experiência vivenciada no AEE em uma SRM, através da CH e por meio de chamadas de vídeo de um aplicativo de mensagens, que contempla estudantes do Ensino Fundamental II, em uma escola no município de Salvador/BA. Como resultado da pesquisa, observamos que os estudantes passaram a interagir mais e a demonstrar suas impressões sobre os momentos de CH, o que contribuiu com a mediação da aprendizagem por vias tecnológicas. Não obstante, os problemas enfrentados pelos estudantes em acessar as atividades remotas e precariedade de acesso aos recursos tecnológicos e digitais, verifica-se que é possível – a partir da CH – concretizar ações potentes, que agreguem conhecimento e desenvolvam habilidades importantes em ações pedagógicas voltadas para pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Contação de histórias; Atendimento Educacional Especializado; prática pedagógica; educação inclusiva..

Abstract: This present paper is an attempt to present a reflection on the storytelling in specialized educational care - ESA, in the context of the pandemic due to Covid - 19. Therefore, through a qualitative approach, we will present an account of experience experienced in the ESA in a Multifunctional Resource Room, through CH through video calls of a messaging application, which includes elementary school students II, in a school in the municipality of Salvador / BA. The students began to interact more and to demonstrate their impressions about the moments of CH, which contributed to the mediation of learning through technological means. Despite the problems faced by students in accessing remote activities and precarious access to technological and digital resources, it is possible from CH to realize powerful actions that add knowledge and develop important skills with people with disabilities.

Key-words: Storytelling; Specialized Educational Service; pedagogical practice; inclusive education.

*Recebido em 31 de outubro de 2022
Aprovado em 12 de fevereiro de 2023*

PITA, Jaqueline Sousa Santos. OLIVEIRA, Rosemary Lapa de Oliveira. Entre aplicativos e telas: a contação de histórias no atendimento educacional especializado no contexto da pandemia. *Léguas & Meia*, Brasil, v. 14, n. 2, p. 166-178, 2022.

Introdução

Telas, computadores, redes sociais, smartphones, aplicativos, conexões, streaming (...), palavras tão comuns em nossa realidade e cada vez mais presente face ao grande contingente tecnológico que se apresenta em nossas vidas. Para a educação, neste cenário, torna-se fundamental estabelecer uma ponte entre as tecnologias e propostas educacionais, de modo que possa viabilizar o processo de socialização, integração e ensino de conteúdos – que, de certa forma, foi potencializado no cenário contemporâneo em que nos deparamos.

Em 2020, enfrentamos novos desafios no contexto mundial que nos colocou diante da necessidade urgente de fortalecer e de aproximar as relações entre educação e tecnologia. Com a situação recente que foi instalada no mundo e em nosso país – a pandemia da Covid-19, iniciada na China em 2019, foi provocada uma condição de saúde pública preocupante e que inspirou cuidados. Desse modo, as pessoas precisaram manter um distanciamento social e, também, medidas de cuidados e higiene para inibir e controlar o vírus SARS-CoV-2¹ foram instaladas, como o uso de máscaras de proteção, álcool em gel, higienização das mãos e evitar o contato das mãos com os olhos, nariz e boca. Nesse contexto, verificou-se que as ações de enfrentamento ao vírus tornaram-se expressivas e, ao mesmo passo, foi preciso dar continuidade das ações educacionais, assim surgiram propostas para atender a uma dinâmica peculiar e desafiadora. Com isso, diante dessa situação, para viabilizar a continuidade do ensino brasileiro, foi estabelecido o ensino remoto, à distância e on-line.

Fragilidades e dificuldades econômicas tornaram-se evidentes durante o percurso, e a acessibilidade aos suportes tecnológicos, que poderiam viabilizar o acesso às informações e ensino, não contemplava toda a população brasileira, que também precisou lidar com os desafios econômicos, políticos e sociais representados nesse período. Assim, muitas questões precisaram ser revistas e reorganizadas, principalmente no cenário educacional público, custeado pelos governos do país.

Com relação ao atendimento realizado nas salas de recursos multifuncionais voltados para as pessoas com deficiência – que já é diferenciado da sala regular em sua constituição habitual –, as ações previstas necessitavam de ajustes para que pudessem, de maneira efetiva, atender os estudantes. À vista disso, questionamentos e angústias sobre quais metodologias e recursos utilizar que contemplasse as especificidades dos estudantes na sala de recursos multifuncionais (SRM) perpassaram por ações de planejamento pedagógico e pela práxis do professor (a) do AEE.

A partir do que foi exposto, frente às possibilidades de recursos e estratégias utilizados no contexto da Educação Inclusiva, objetivamos apresentar uma experiência vivenciada em uma Sala de Recursos Multifuncionais no Atendimento Educacional Especializado, que contempla alunos do Ensino Fundamental II, na cidade de Salvador, através de momentos de interação entre a professora e os estudantes, em que a CH se fez presente, por meio de videochamadas de um aplicativo de mensagens e no fazer pedagógico diário.

Diante desta perspectiva, a concepção desta experiência surgiu a partir da urgência de propostas para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em uma sala de

¹ SARS-COV-2 é o nome oficial dado ao novo coronavírus, que significa “severe acute respiratory syndrome coronavirus 2” (síndrome respiratória coronavírus 2).

recursos multifuncionais no município Salvador no período da pandemia. Esta proposta foi concebida com o intuito de desenvolver atividades que trouxessem a Contação de Histórias (CH) como contribuição para o processo de promoção de atividades no AEE em tempos pandêmicos.

Nesse viés, a abordagem deste estudo parte de um relato de experiência, estruturando-se na metodologia qualitativa e, também, pela revisão de literatura bibliográfica sobre CH, Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado, para refletir a experiência de CH no AEE. Para tanto, temos como base, para o referencial teórico e metodológico, os estudos realizados por Sunderland (2005), Campbell, (2009), Mazzotta (2011), Sisto (2012), Busatto (2012; 2013), Mantoan (2015), dentre outros que explanam sobre as temáticas CH, Educação Inclusiva e AEE.

Para um melhor entendimento deste estudo, estabelecemos as temáticas: educação inclusiva, CH e AEE apresentadas nas seções seguintes deste texto, contextualizando com a proposta dessa produção. Nesse sentido, além dessa introdução, a qual apresenta o objetivo desse estudo, apresentamos três seções, sendo que na primeira, abordamos aspectos importantes do AE. Na segunda seção, a contação de história será pauta de discussão. O percurso metodológico e os resultados alcançados com esta experiência vivenciada compõem a terceira seção. Por fim, trazemos as considerações finais, apresentando uma reflexão acerca deste estudo.

Atendimento educacional especializado: questões introdutórias

Os anos de luta e esforços dos grupos minoritários resultaram em conquistas para as pessoas com deficiência como normas e leis, as quais foram regulamentadas a fim de viabilizar os direitos das pessoas com deficiência. Fruto dessas lutas, temos a Educação Especial, que consiste em uma modalidade educacional e que estabelece as vias necessárias para que as pessoas com deficiência tenham estabelecidos, por lei, seus direitos e, dessa forma, consolidar a inclusão desses sujeitos na sociedade.

A oferta de uma educação, que atenda pessoas com deficiência, passa pelo crivo da promoção dos direitos aos marginalizados e desfavorecidos. Porém, encontram-se percalços em seu caminho ao se deparar com a estigmatização e segregação, além de, por vezes, ser acompanhado pela concepção de assistencialismo, uma prestação de favor. Historicamente, o atendimento ou atenção aos indivíduos com deficiência concentrava-se em um caráter terapêutico, assistencialista, conforme nos afirma Mazzotta (2011, p. 18). A questão da educação inclusiva trata-se de justiça social e não de compensação ou assistencialismo.

A inclusão do estudante com deficiência em escolas regulares revela desafios expressivos que, embora exista amparo legal para o acesso e condições reais de permanência desse indivíduo, ainda carrega consigo muitos entraves. Trata-se de uma mudança em muitos aspectos que resulta em romper paradigmas e construção de novas perspectivas que contemple a todos os indivíduos.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais, para que obtenha sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2015, p. 28).

A educação é um direito de todos, sendo inegociável e respaldado pela Constituição Federal de 1988, no artigo 205 (BRASIL, 1988), que determina que “a

educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Embora a legislação brasileira assegure a “Educação para todos”, tal anseio se apresenta, ainda, como utopia, pois encontra obstáculos e desafios frente às diversas barreiras no contexto político, econômico e social. Muitas dessas barreiras, enfrentadas pelas pessoas com deficiência, estão relacionadas à acessibilidade, seja arquitetônica, atitudinal, metodológica, instrumental, programática, digital, comunicativa ou natural. Dessa maneira, algumas atitudes precisam ser tomadas, segundo Campbell,

É preciso propor medidas que visem a assegurar os direitos conquistados, a melhoria da qualidade da educação, o investimento em uma ampla formação de educadores, a remoção de barreiras, o provimento de recursos materiais e humanos em um movimento de transformação da realidade para se conseguir reverter o percurso de exclusão de crianças, jovens e adultos com ou sem deficiência no sistema educacional. (CAMPBELL, 2009, p. 12).

Com a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2007), acresceu a preocupação em criar condições favoráveis a inclusão de pessoas com deficiência no espaço escolar. Vale ressaltar que se considera pessoa com deficiência aquela que tem um impedimento de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que em interação com diversas barreiras, pode ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e sociedade.

A Educação Especial é estabelecida como modalidade educacional que se destina ao atendimento de pessoas com deficiência, principalmente, na rede regular de ensino. Segundo a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2007, p. 9), a Educação Especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Desse modo, a Educação Especial atua de maneira articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses estudantes.

Como parte das políticas públicas voltadas para fomentar a educação especial e inclusiva e com intuito de romper com as barreiras de acesso das crianças com deficiência na sala de aula regular, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ocorre nas Salas de Recursos Multifuncionais - que funcionam em determinadas unidades escolares das redes municipais e estaduais brasileiras. São alunos público alvo do AEE: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. (BRASIL, 1994, p.5).

A Constituição Federal Brasileira entende que o atendimento na Educação Especial é aquele que complementa, mas não substitui o que é ensinado em sala de aula a todos os alunos com e sem deficiência, garantindo a inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns. Determina ainda que este atendimento deve estar disponível em

todos os níveis de ensino (básico ao superior) destinando-se à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para se relacionarem com o meio externo. (CAMPBELL, 2009, p. 137). Através do Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da resolução CNE/CEB nº 4/2009, a qual estabelece as diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, fica posto que:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios.

O Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento é realizado no turno oposto ao que o estudante frequenta e é organizado de maneira a atender as necessidades individuais de cada estudante, de modo que estes tenham condições de participar plenamente das atividades realizadas, conteúdos propostos e acesso aos saberes.

Nesse contexto, o (a) professor (a) do AEE é a pessoa responsável por planejar e gerir as intervenções necessárias para atenuar as barreiras e, assim, proporcionar a estudantes com deficiência plena participação no ensino regular, dentro de suas especificidades. Conforme o artigo 3º do decreto 7.611, de novembro de 2011, o AEE tem os seguintes objetivos como principais:

- I. Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais de cada estudante;
- II. Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular.
- III. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.
- IV. Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Assim, no AEE, que é organizado em escolas de rede de ensino municipal e estadual, os estudantes desenvolvem habilidades diferentes dos conteúdos curriculares da sala de aula comum. Esse espaço deve ser considerado como local de realização de ações necessárias para que se possa atingir o intento de ultrapassar as barreiras para a plena participação desses estudantes na escola comum, considerando suas necessidades específicas e viabilizando, dessa maneira, a efetivação da inclusão desses indivíduos.

Essencialmente, as ações do AEE desenvolvem-se tendo em vista as especificidades de cada estudante, no intuito de ofertar subsídios necessários à sua plena participação na sala de aula comum. Nesse espaço, é elaborado o PDI (plano de desenvolvimento Individualizado) e a partir das observações e avaliação das habilidades e competências dos estudantes, dificuldades e barreiras que dificultam o desenvolvimento de suas potencialidades é estabelecido o que será contemplado em cada atendimento, o

qual será particularizado para cada estudante, num processo constante de reflexão-ação-reflexão.

Habilidades e competências como a comunicação, memória, localização espacial e temporal, resolução de problemas, raciocínio lógico matemático e linguagem são trabalhadas nesse ambiente, através de diversas metodologias e recursos ímpares.

A rotina estabelecida no AEE engloba as especificidades de cada estudante e, de maneira individual e específica, são organizados os atendimentos. Desse modo, em meio a uma gama de questões particulares de cada sujeitos enfrentamos o desafio de atender as necessidades de cada estudante, desta vez mantendo um distanciamento em respeito às medidas de saúde.

Contar histórias: perspectivas e possibilidades

Somos seres que temos contato com as histórias mesmo antes de desenvolver habilidades básicas como andar, falar e nos comunicar sejam aquelas narrativas que lemos em um livro, as que nos contaram e/ou também as nossas próprias vidas. Elas são transmitidas de geração para geração e atravessam o tempo. Nelas, contamos sobre nós e sobre quem somos.

As narrativas nos constituem e fazem parte de nós desde a nossa concepção. Conforme Sisto (2012), “o homem já nasce praticamente contando história”. Está inserido numa narrativa que o antecede e que, certamente, irá sucedê-lo.

Além disso, algumas delas podem nos causar medo, suspense, outras despertam alegria, espanto, diversão e muitas nos fazem refletir, chegar a espaços inimagináveis, nos ensinam e ajudam a encontrar respostas para nossos dilemas diários. Também, faz-se necessário refletir que ouvir essas narrativas é algo tão escasso ultimamente – nesse um cenário em que escutar o que outro tem a nos contar é uma tarefa escassa – tornando essa atividade desafiadora e ao mesmo tempo enriquecedora.

Antes, as reuniões em torno da fogueira ou na porta de casa eram momentos rotineiros regados a boas narrativas e muitas delas atravessaram gerações e perduram até os dias derradeiros. Hoje, contar histórias ganhou espaços diversos e de maneiras ímpares, contudo a presença do (a) contador(a) de narrativas – que através da oralidade as transmite de forma singular – ainda permanece.

Desse modo, mais do que um entretenimento, trata-se de uma ação que abre portas para o imaginário, a fim de permitir ao outro construir narrativas a partir de suas próprias impressões, do que ouviu e, com isso, pode-se possibilitar o acesso ao saber de maneira mais profícua ao conjunto de estudantes, típicos e atípicos. Conforme ressalta Busatto (2013, p. 25), vale lembrar também que a “contação de histórias, ou narração oral de histórias, permite ao sujeito que conta e ao sujeito que ouve um contato com outras dimensões do seu ser e da realidade que o cerca.” A autora também ressalta os benefícios dessa prática, quando afirma que

ouvir histórias atija algo que foi esquecido pela urgência da modernidade, por não ser mais experienciado, e do qual e foi separado, talvez sem saber, e lançado nas brumas do tempo com vendas nos olhos, preocupado apenas em estar-na-ação, e nunca fora-da-ação, acionando outras formas de ver (BUSATTO, 2013, p. 79).

Muitas civilizações utilizavam a CH como forma de suscitar diversas habilidades. De acordo com Busatto (2012, p. 17), “os povos orientais tinham um olhar mais amplo sobre o conto oral”. De acordo com a autora,

[...] sabiam que neles estão contidos o conhecimento das ideias de um povo, e que através deles era possível indicar condutas, resgatar valores e até curar doenças. Eles acreditavam no poder curativo do conto, e em muitas situações o remédio indicado era ouvir um conto e meditar sobre ele. Neste caso o conto funcionava como um reestruturador do desequilíbrio emocional que provocou o distúrbio físico. Aqui o conto adquire um caráter terapêutico, encanto curando. (BUSATTO, 2012, p.17)

O ingresso da contação de histórias em território escolar apresentou muitas dificuldades. De acordo com Santos, Apoema e Arapiraca (2018, p. 112), “sem funções pedagógicas necessariamente claras, muitos desses momentos são dedicados a distrair crianças ou apenas quietá-las, pois o conto, nesse caso, é visto essencialmente em sua função lúdica, de entretenimento”.

Na atualidade, os ambientes virtuais contam cada vez mais com a presença da contação de histórias de maneira marcante, evidenciando a potencia desta atividade nesse espaço. O alcance a este espaço permite maior acessibilidade a CH e potencializa a sua abrangência e permite que um maior número de pessoas acesse e tenha contato com as histórias, bem como possa dispor dos recursos de acessibilidade disponíveis pelas variadas plataformas digitais, como legendas e audiodescrição.

Diante disso, em uma sociedade cada vez mais alicerçada na velocidade das informações ditas e escritas, há que se considerar a necessidade de momentos de escuta e de criação a partir do imaginário. Por conta disso, se antes as portas estavam fechadas para a contação de histórias na escola, hoje vislumbramos uma realidade que está em processo de mudança conforme nos elucidam Busatto (2013, p. 37)

Porém, atualmente, não apenas se abre a sala para o contador de histórias, como se busca por ele. Talvez isso seja uma tentativa de recuperar o olhar subjetivo para a vida, ameaçado pelo pragmatismo da contemporaneidade, e a possibilidade de abrir espaço para o imaginário criador.

Os espaços para os contadores de histórias nas escolas estão em ampliação e evidencia o reconhecimento da CH como uma potente ação pedagógica e de grande abrangência que a permite essencialmente adentrar diversos espaços e abordar diferentes temas, bem como contribuir com a promoção de conteúdos e saberes ímpares, representando uma grande possibilidade de ações no AEE no bojo das diferentes propostas disponíveis.

Pensando a contação de histórias no atendimento educacional especializado: reflexões e práticas em contexto de pandemia

Para a construção deste relato de experiência, e realização deste trabalho, foram traçados percursos de estudo e realização de ações pedagógicas estruturadas. Este estudo foi realizado em uma sala de recursos multifuncionais, vinculada à rede municipal de ensino de Salvador/ BA, em uma escola que atende ao ensino fundamental II (anos finais

da educação básica). Esses atendimentos são ofertados para estudantes desta unidade de ensino e são desenvolvidos no turno oposto ao que este frequenta a sala de aula comum. Esta unidade escolar oferta o ensino de 6º ao 9º ano e, também, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Porém, neste período, os atendimentos tiveram de ser realizados de maneira remota (on-line) em acordo com as medidas de saúde recomendadas.

Nesse seguimento, tendo em vista que a inclusão de pessoas com deficiência esbarra na falta de acessibilidade, atitudes capacitistas (preconceito contra pessoas com deficiência), em questões sociais, políticas e econômicas, tais aspectos tornaram-se ainda mais evidentes na pandemia, quando a busca por estabelecer conexões com nossos estudantes apresentaram entraves e instabilidades.

Assim, um dos desafios enfrentados consistiu em criar formas de ultrapassar a fria tela de um computador e/ou celular para estabelecer um contato vivo e fecundo com os alunos. Nesse sentido, foi necessário encontrar “o curso do rio” para, então, “navegar em águas proficuas”. De início, estabeleceu-se o primeiro contato, que contou com diferentes entraves (números de telefones desativados, adoecimento de familiares dos estudantes, falta de acesso à internet, questões de ordem emocionais e de saúde devido ao longo período dos estudantes em casa), mas que aos poucos foram apresentando bons resultados. Além disso, dúvidas sobre quais práticas adotar se fizeram presentes e foi necessário considerar propostas que não aumentassem as desigualdades sociais e, assim, garantir padrões básicos de qualidade.

Como proposta inicial, elaboramos atividades impressas que eram enviadas as famílias. Tais atividades eram pensadas de acordo com cada dificuldade dos estudantes. Porém, as atividades impressas não representavam a realidade das atividades desenvolvidas no AEE, pois utilizamos materiais concretos, diversificados e o encontro aos estudantes se dá de maneira bastante próxima.

Dessa maneira, buscou-se outras maneiras de acessar o estudante e disponibilizar os atendimentos do AEE. Assim, prosseguimos nossas atividades refletindo sobre nossas ações e o que estávamos tendo de retorno.

Ressalta-se que o atendimento educacional especializado em um contexto de pandemia, muitas barreiras estavam presentes desde o início, que cederam espaço para novas oportunidades. O manejo de materiais tecnológicos tornou-se fundamental e, também, um desafio, pois representou-se uma das poucas maneiras de manter contato com os estudantes.

Contatamos as famílias por telefone e reorganizamos os nossos horários de encontros. O meio de comunicação de mais fácil acesso foi o aplicativo de mensagens *Whatsapp*. Dessa forma, estruturamos nosso trabalho em acordo com os horários fornecidos pelas famílias para a realização dos encontros. Porém, nem todas as famílias concordaram com o contato por esse meio, já que nem todos os estudantes tinham um celular *smartphone* individual e este aparelho era instrumento para outras atividades laborais de familiares. Outro aspecto relevante a ser destacado diz respeito ao acesso à internet, realizado através de dados móveis o que limitava o tempo de atendimento.

Através de videochamadas, usando o aplicativo de mensagens já mencionado, de maneira individual e em acordo com a proposta dos atendimentos realizados no AEE, iniciamos nossas atividades. Mas, o tempo de atenção disposto pelos estudantes e as atividades realizadas não alcançaram, de imediato, os resultados esperados. Portanto, no processo reflexivo da prática pedagógica, esboçamos novas propostas, possibilitando que o lúdico estivesse presente e a interação desencadeasse uma fluidez para que os objetivos

fossem alcançados. Nesse cenário, a CH de histórias surgiu como uma possibilidade promissora e enriquecedora nesse período de incertezas e dificuldades.

Na sequência, os encontros foram realizados duas vezes por semana, individualmente, com duração entre 20 a 30 minutos, com estudantes em idade entre 12 e 25 anos, que apresentavam diagnóstico médico de Deficiência Intelectual e/ou Autismo, buscamos atender a especificidade de cada aluno com a colaboração das famílias, respeitando o tempo de concentração frente à tela do *smartphone*. No entanto, nem todos os estudantes aceitaram receber atendimento de maneira remota devido às necessidades individuais de cada um, às questões específicas próprias da deficiência, às dificuldades com o manejo de artefatos tecnológicos, dentre outras.

Neste quesito, é válido destacar que, em nosso percurso traçado destinado às pessoas com deficiência, foi essencial o respeito às especificidades de cada sujeito e os encontros contemplavam aspectos lúdicos, visavam estimular e desenvolver as habilidades individuais de cada indivíduo. Foi nessa busca, por fornecer um atendimento que não descaracterizasse a proposta do AEE, que a CH despontou como proposta de intervenção significativa em detrimento de outras.

Cada estudante apresentava a sua condição específica, suas diferentes deficiências. Desse modo, consideramos que cada sujeito era único, independente de diagnóstico médico, o que aprofundou ainda mais o caráter individual do ser em nosso trabalho no AEE. A CH ganhou crescente espaço nesse universo através das videochamadas.

Dessa forma, mergulhados em atrativas possibilidades de interações disponíveis atualmente, contar com a atenção dos estudantes é um obstáculo ainda maior nessa conjuntura. Estar tão longe e/ou estar perto: Eis a questão! Aquele momento de contato com os estudantes era único e específico. E assim, seguindo nosso curso neste “rio de águas nada tranquilas”, encontramos um bote para nos conduzir: Contar histórias!

Assim, a opção pelas histórias a serem contadas deu-se pela possibilidade que elas ofereciam no sentido de promoção de interação, desenvolvimento da fala, dos movimentos corporal e imagético, do processo reflexivo, lógico e comunicativo. E nesse bote, alguns equipamentos ganharam espaço, o que contribuiu para tornar a trajetória mais leve.

Desse modo, o contato inicial com os estudantes foi realizado com uma acolhida, e para iniciar a contação de histórias, foi apresentada a caixa surpresa. Nela, estavam contidos objetos que faziam alusão às histórias a serem compartilhadas. Para a CH de histórias, optamos pelos contos clássicos populares (como, por exemplo, *Chapeuzinho Vermelho*, *O patinho Feio*, *Os três porquinhos*, *João e o pé de Feijão*), pelas fábulas (*A lebre e a tartaruga*, *A raposa e as uvas*) e também outras histórias como *O menino que aprendeu a ver* e *Júlia e seus amigos*. Ao dar continuidade ao momento de CH, os estudantes passaram a solicitar que trouxéssemos histórias com temas que lhe eram de interesse como: aventura, suspense e biografias de personalidades da história de nosso país.

Os atendimentos atendiam um horário pré-estabelecido com as famílias, pois a rotina é algo muito importante no trabalho com pessoas com deficiência, e os estudantes aguardavam e enviavam mensagem confirmando seus horários. Ao passo que a chamada era atendida e estavam frente a frente – professora e estudante – a pergunta inicial, geralmente, pautava-se em: “Qual é a história de hoje?”, “Vai contar história?”. Essa acolhida era uma devolutiva importante e indicativa de que os caminhos estabelecidos atendiam aos objetivos esperados.

Mesmo quando os encontros on-line não poderiam ser efetivados, os estudantes passaram a solicitar o recebimento de histórias. Dessa forma, inserimos em nossas ações o envio de pequenas histórias gravadas previamente pela professora do AEE e, posteriormente, interação com os estudantes através de troca de mensagens para discutir sobre a história enviada e o recebimento de áudios, fotos e imagens que representavam as histórias trabalhadas começaram a fazer parte de nossa rotina. Aliadas à CH, foram incorporadas atividades com rimas, imitação, adivinhação, jogos on-line, desenhos e músicas, que se tornaram práticas em destaque nesse contexto.

Como retorno, para além das atividades propostas, os estudantes passaram a interagir mais e a demonstrar suas impressões sobre os momentos de CH, contribuindo com a mediação da aprendizagem por vias tecnológicas. Com frequência, o envio de desenhos e áudios, comentando sobre as histórias ouvidas, era recebido com satisfação e favorecia o desenvolvimento de outras atividades e propostas posteriores. Dessa forma, habilidades como a comunicação, sequência lógica de ideias e interação foram contemplados, e pontos positivos da execução das ações elaboradas.

Um fato interessante é que os estudantes, de forma voluntária, passaram a enviar vídeos em que eles realizavam CH, sendo estas as mesmas que foram contadas nos atendimentos ou inéditas, sempre com as suas contribuições próprias. Estas questões nos remete a importância de contar histórias nas salas de recursos multifuncionais como parte das ações pedagógicas, programadas de acordo com as necessidades de cada sujeito, organizada com objetivos claros e coadunam com Busatto, quando a autora elucida que

ao narrar um conto se concede ao ouvinte a possibilidade de criar o seu cenário, a sua música, as suas cores. O conto é mesmo uma das formas de expressão artística mais democrática, pois através dele cada pessoa constrói a sua história, de comum acordo com os seus referenciais, e o que ele possa significar para si. Um conto nunca vai provocar o mesmo efeito nas diversas pessoas que o ouvem. É a história de vida de cada um que determinará com que cores e com que música ele vai soar (BUSATTO, 2012, p. 17).

Diante do exposto anteriormente, com relação às impressões individuais que os estudantes demonstraram sobre os contos que foram trabalhados, evidenciou-se a potência da CH no AEE, já que contribui para despertar a reflexão, desenvolver a lógica, argumentação, memorização dentre outros benefícios habilidades muito importantes a serem estimuladas no trabalho com pessoas com deficiência, em particular deficiência intelectual e transtorno do espectro autista, questões apresentadas pelos estudantes que participaram dessa ação.

Contar histórias com o auxílio do recurso da tecnologia demandou o desenvolvimento de muitos aspectos, pois contar histórias envolve o corpo, conhecer a história, utilizar a voz e entonação adequada. Acrescido a esses elementos atrair a atenção do outro e nesse espaço - tempo de maneira remota. Dessa forma, acreditamos que, conforme Busatto,

Narrar um conto implica, inicialmente, em se apropriar dos seus símbolos, isto é mais do que é importante, é essencial. Vivenciamos um momento árido, povoado por imagens vazias, destituídas de significados, e resgatar significados é imprescindível para a nossa existência (BUSATTO, 2012, p. 41).

Era necessária uma preparação anterior para adentrar as casas destes estudantes através da tela do celular. Esses detalhes fizeram toda diferença, porque criava um ambiente de confiança e parceria com os estudantes e famílias. As histórias não eram escolhidas a esmo, pois traziam elementos da realidade desses sujeitos.

Nosso itinerário de atividades foi realizado de maneira remota e demandou esforço, empenho, criatividade e perseverança, enquanto professora da SRM. Também, foi exigida de nós sensibilidade para a escuta, compreensão pelos percalços que se apresentaram no caminho, como a fragilidade do sinal de internet, questões de saúde, envolvimento das famílias e dos estudantes, bem como a fragilidade do apoio do governo para disponibilizar as condições necessárias para que estes encontros fossem realizados.

Mesmo com todos os ataques e situações de precariedade a que os professores e professoras foram submetidos no período da pandemia (falta de suporte dos órgãos públicos e das famílias, por exemplo), apesar de tudo, encontramos um caminho para reconstrução dos atendimentos educacionais realizados, estabelecer novas pontes com muita reflexão, formações e busca por qualificação, para que pudéssemos exercer nossas funções de maneira satisfatória. O aprendizado constituiu-se dos dois lados da tela: estudantes e professores. Reconstrução e constante formação.

Em um momento em que o isolamento social começava a trazer os efeitos emocionais, econômicos e sociais a CH nos acalentava, trazia reflexões e esperança de um futuro melhor. Lidar com as perdas, a saudade, a dor. Recorremos a Sunderland, quando aborda sobre os benefícios da história terapêutica, para ratificar as evidentes contribuições da CH no AEE no período relatado. Segundo a autora,

o uso da história terapêutica mostra também como recorrer à ajuda da imaginação para lidar com sentimentos difíceis demais. Em geral, a imaginação tem mais a dizer sobre os sentimentos do que a cognição. Em momentos de stress emocional, a ruminação mental tende a remexer as mesmas respostas, ansiedades e vozes críticas anteriores (SUNDERLAND, 2005, p. 31).

As histórias contadas trouxeram possibilidades de expressão de sentimentos, emoções, contato com outras pessoas mesmo que de maneira on-line. O convite a ouvir a história e conversar sobre ela era, muitas vezes, também, um pedido que estava latente e que perpassava a pequena tela do smartphone e ressoava: Não se esqueça de mim!

À guisa de conclusão

A partir das reflexões aqui apresentadas sobre a CH no AEE no contexto de pandemia, é possível destacar que a CH nos permite acessar espaços que poderíamos ter muitas dificuldades, proporcionam o desenvolvimento de aspectos cognitivos que são importantes no desenvolvimento da aprendizagem e estimula o desenvolvimento de habilidades necessárias para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos.

Com esta produção, podemos constatar que – mesmo diante de tantos desafios tecnológicos, econômicos e sociais – as ações realizadas no Atendimento Educacional Especializado com a CH trouxeram expressivas contribuições para o desenvolvimento de habilidades importantes para os estudantes com deficiência. Assim, frente às ações realizadas, é importante sinalizar que a oferta de estratégias para oportunizar a participação dos estudantes em momentos de CH possibilita desenvolver habilidades essenciais para a constituição da aprendizagem, com um alcance amplo e variado.

Não obstante, diante dos problemas enfrentados pelos estudantes em acessar as atividades remotas e da precariedade de acesso aos recursos tecnológicos e digitais, verificou-se que é possível, a partir da CH, concretizar ações potentes que agregam conhecimento e desenvolvem habilidades importantes com pessoas com deficiência, de modo que contribuiu para atenuar as barreiras por eles enfrentadas em seu caminhar no contexto atípico de pandemia e possibilitar meios para que estivessem inclusos no processo de aprendizagem.

Nessa vertente, este trabalho sinaliza contribuições para a melhoria das propostas de atividades no AEE e fomentar discussões sobre as potencialidades da CH nesse contexto. Diante da importância da contação de histórias no Atendimento Educacional Especializado observou-se que a tal prática pedagógica ainda carece de estudos voltados, o que contribuiria com a práxis pedagógica no AEE.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. “Por uma arte de contar histórias” In: *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. SP: Scipione, 1997.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BUSATTO, Cléo. *Contar e Encantar: pequenos segredos da narrativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BUSATTO, Cléo. *A arte de contar histórias no século XXI: tradição e ciberespaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CAMPBELL, Selma Inês. *Múltiplas faces da Inclusão*. Rio de Janeiro: Wak editora, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão Escolar: O quê é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015.

Mazzotta, Marcos J. S. *Educação Especial no Brasil: Histórias e Políticas Públicas*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (SEESP). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

SANTOS, Luciene Souza. APOEMA, Keu. ARAPIRACA, Mary de Andrade (org.) *Contação de Histórias: seguindo o curso de suas águas*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

SISTO, Celso. *Textos e pretextos sobre a Arte de Contar Histórias*. 3ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Aletria, 2012.

SUNDERLAND, Margot. *O valor Terapêutico de Contar histórias: para criança, pelas crianças*. Tradução: SALUM, Carlos Augusto Leuba e ROCHA, Ana Lúcia da. São Paulo: Cultrix, 2005.